

1.2. DEZ. 1990

# Regimento do Senado é obstáculo para Collor

BRÁSILIA — O senador Jamil Haddad (PSB-RJ) resumiu com humor a discussão sobre a formação de blocos parlamentares, que tomou uma hora e meia da sessão do Senado, ontem à tarde. "Desse jeito, não vai haver bloco nem no Carnaval", ironizou, após uma trapalhada envolvendo os líderes governistas que orquestram a formação de um bloco com 37 senadores e o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Depois de muitos encontros com o presidente Fernando Collor, coube ao líder do governo, senador José Inácio (PST-ES), formalizar um documento à Mesa do Senado comunicando a formação do bloco parlamentar, permitido pela Constituição de 1988.

"O documento não está de acordo com o regimento", foi o despacho sumário de Carneiro, desencadeando a polémica. Somente depois de muito bate-boca, o senador Nelson Carneiro decidiu cassar a palavra de todos que insistissem em voltar ao tema, com um argumento singelo: "Se eu não fizer isso, a Mesa vai ser acusada de ter gasto uma sessão inteira discutindo o sexo dos anjos".

Inácio cometeu dois erros na elaboração do documento. Segundo Carneiro, só as bancadas dos partidos podem encaminhar um pedido de formação de bloco. O ofício governista tinha uma lista de 30 assinaturas, mas não deixava claro se as bancadas partidárias aprovavam o bloco. "Não existem blocos de senadores, mas sim de partidos", acudiria mais tarde o senador José Fogaça (PMDB-RS). Além disso, o líder e o vice-líder do governo não podem assumir a liderança de um bloco, embora o documento de Inácio indicasse seu próprio nome e o do vice-líder do governo, senador Ney Maranhão (PRN-PE).

Com o bate-boca em andamento, Maranhão explicou, num canto do plenário, que a escolha dos nomes foi consequência do pequeno tempo de vida que o bloco possui, já que em fevereiro começa uma nova sessão legislativa e novas lide-

ranças devem ser eleitas. Haddad ridicularizava a iniciativa dos governistas. "Dos 30 senadores que assinaram, 12 não vão voltar a esta casa no ano que vem."

**Articulação** — A iniciativa apresentada dos líderes governistas é consequência de dois encontros que Collor manteve nas últimas 48 horas com senadores de partidos que o apoiam, como PFL, PDS, PTB, PRN, PDC e PST. Collor afirmou que suas condições para governar estão subordinadas ao voto favorável da maioria dos senadores, razão pela qual pretende formar o bloco de apoio no Senado. A intenção do presidente foi manifestada a 35 senadores no Palácio do Planalto e depois durante almoço no apartamento do senador Marco Maciel (PFL-PE), ontem.

O interesse de Collor se deve às pressões que o governo tem recebido de trabalhadores e empresários, que defendem uma política salarial prejudicial a seu plano econômico. São os senadores que derrubam decisões contrárias ao governo aprovadas pela Câmara dos Deputados. Ele avaliou quatro hipóteses para organizar maioria no parlamento: a formação de um novo partido de apoio ao governo, a fusão dos partidos que o apoiam, a formação do bloco e o trabalho com uma maioria flutuante e ocasional, esta última descartada por ser incerta. Como parlamentarista, disse não aprovar um novo partido, porque o regime de gabinete depende do fortalecimento das agremiações partidárias, mesmo motivo apontado para desacreditar da fusão de partidos. "Só o bloco vai possibilitar a estabilidade deste governo", afirmou Collor.

De manhã, Maranhão foi chamado ao telefone por Collor. "E ai, senador, quero saber se o bloco já está oficializado", perguntou o presidente. Maranhão disse que até o final da tarde cumpriria a tarefa, entregando o manifesto do grupo, chamado de Movimento Parlamentar Social Liberal, à Mesa do Senado.